

# Envelhecimento e pessoas com deficiência nas perspectivas Vigotskiana e *life-span*

## Aging and people with disabilities from a Vygotskian and life-span perspective

Margaret da Conceição Silva<sup>1</sup>; Isabelle Patriciá Freitas Soares Chariglione<sup>2</sup>

DOI: 10.51207/2179-4057.20240017

### Resumo

Na sociedade contemporânea, um tema que vem ganhando foco de interesse por estudiosos tem sido o envelhecimento populacional. O aumento na expectativa de vida das pessoas com deficiência reflete no envelhecimento dessa população e, por consequência, surge a interseccionalidade: deficiência e envelhecimento, um fenômeno recente, relevante e ainda pouco estudado, mas com grande potencial de avanço e intervenção. Este estudo tem caráter teórico-bibliográfico, considerando o contexto apresentado e com vistas a contribuir com a construção de conhecimentos sobre o processo de envelhecimento das pessoas com deficiência. Objetivou-se realizar uma análise à luz da perspectiva *life-span* de Baltes e da Defectologia de Lev Semionovich Vigotski que, mesmo (naquele momento) não contemplando o envelhecimento nas suas discussões, acredita-se que traz uma importante concepção de desenvolvimento ao longo da vida, especialmente em se tratando de pessoas com deficiência. A metodologia adotada utilizou-se da análise das perspectivas supracitadas e suas contribuições no envelhecimento de pessoas com deficiência. Os resultados apontaram que tanto a perspectiva *life-span* quanto a Defectologia acreditam no desenvolvimento cultural e integral da personalidade das pessoas com deficiência e defendem que essas pessoas alcancem novas aprendizagens ao longo da vida por meio das interações sociais. A discussão aqui apresentada destaca a relevância do tema abordado, o surgimento de interesse dos pesquisadores pelo campo de estudo do envelhecimento e a importância da inclusão das pessoas idosas com deficiência nos estudos do desenvolvimento humano. Conclui-se que ambas as perspectivas contribuem para os estudos do desenvolvimento das pessoas idosas com deficiência.

**Unitermos:** Desenvolvimento Humano. Pessoa Idosa. Pessoas com Deficiência. Envelhecimento.

### Summary

In contemporary society, a topic that has been gaining interest by scholars has been population aging. The increase in life expectancy of people with disabilities reflects on the aging of this population, and as a result, intersectionality arises: disability and aging. A recent phenomenon, relevant and still little studied, but with great potential for advancement and intervention. In this perspective, considering the context presented and with a view to contributing to the construction of knowledge about the aging process of people with disabilities, the objective was to carry out an analysis in the light of life-span perspective of Baltes and the Lev Semionovich Vigotski's Defectology, which even (at that moment) did not contemplate aging in their discussions, it is believed that it brings an important conception of development throughout life, especially when it comes to people with disabilities. The methodology adopted used the analysis of the aforementioned perspectives and their contributions to the aging of people with disabilities. The results showed that both the life-span perspective and defectology believe in the cultural and integral development of the personality of people with disabilities and advocate that these people achieve new learning throughout their lives through social interactions. The discussion presented here highlights the relevance of the topic addressed, the emergence of interest among researchers in the field of aging, and the importance of including elderly people with disabilities in studies of human development. It is concluded that both perspectives contribute to studies of the development of elderly people with disabilities.

**Keywords:** Human Development. Aged. Disabled Persons. Defectology. Aging.

Trabalho realizado no Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

Conflito de interesses: As autoras declaram não haver.

**1.** Margaret da Conceição Silva - Professora da Secretaria do Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF); Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Humano e Escolar (PGPDE) em Psicologia na Universidade de Brasília; Mestra em Desenvolvimento Humano e Saúde; Pedagoga. Brasília, DF, Brasil. **2.** Isabelle Patriciá Freitas Soares Chariglione - Professora no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Humano e Escolar (PGPDE) na Universidade de Brasília; Doutora em Cognição e Neurociências; Mestra em Cognição e Neurociências; Psicóloga; Neuropsicóloga, Brasília, DF, Brasil.

## Introdução

O aumento da expectativa de vida de pessoas com deficiência é positivo e ao mesmo tempo desafiador (Souza & Vilaça, 2023). Segundo o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012), aproximadamente 45,6 milhões de pessoas no Brasil, 23,9% da população total, e cerca de 63% dos idosos brasileiros, mencionaram apresentar algum tipo de incapacidade ou deficiência. Estão incluídas nessa categoria as pessoas com dificuldade de enxergar, ouvir, locomover-se ou com alguma deficiência física, mental ou intelectual (IBGE, 2012). Sem dúvida, os avanços científicos e sociais têm favorecido o aumento da longevidade da população. É relevante sinalizar que a expectativa de vida das pessoas com deficiência começou a aumentar a partir do momento que elas foram consideradas sujeitos de direito, inclusive sendo “merecedoras” do acesso à saúde e programas de reabilitação, conforme discutido por Aranha (1995).

O processo de envelhecimento do Brasil se organizou diferentemente do resto do mundo. Por ser considerado um fenômeno bastante acelerado, houve uma desvantagem em termos estratégicos e de conhecimento, uma vez que outros países tiveram mais tempo para planejar o cuidado da sua população idosa, inclusive, por meio de pesquisas científicas acerca do tema (Closs & Schwanke, 2012; Santos et al., 2022; Silva et al., 2022). Para que se entenda o processo de envelhecimento, faz-se necessário definir o que se considera como população idosa: segundo a Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842, 1994), o Estatuto da pessoa idosa (Lei nº 10.741, 2003) e a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (Ministério da Saúde, 2006), aquela população de 60 anos ou mais (Camarano & Fernandes, 2022).

No Brasil, o Projeto da Comissão Social e Família (Lei nº 1.118, 2011), estabelece que a pessoa com deficiência é considerada idosa aos 45 anos ou mais, devido à expectativa de vida dessas pessoas não ser a mesma das pessoas sem deficiência. Existem evidências de que o processo de envelhecimento das pessoas com Deficiência Intelectual (DI) se revela mais veloz quando comparado com o restante da população, em específico as com Síndrome de

Down. Há estudos que apontam os sinais de envelhecimento das pessoas com deficiência intelectual por volta dos 30 anos de idade, em função do uso prolongado de medicamentos que ocasionam em diversos problemas de saúde (Alves, 2012; Castro, 2022; Girondi et al., 2018; Hayar, 2015).

Sabe-se, lamentavelmente, que esses dois fatores desenvolvimentais (deficiência e envelhecimento) são, ainda, constituídos clássica e hegemonicamente por uma negatividade conceitual atrelados à insuficiência biológica. O discurso hegemônico da deficiência, por exemplo, vai defender que as pessoas com deficiência, por uma questão biológica, são incapazes, menores, inferiores e, por isso, circunscritas a uma série de limitações desenvolvimentais. Essa mesma justificativa se dá ao processo de envelhecimento humano, entendido majoritariamente como declínio dos processos biológicos.

O fato é que existe uma sobreposição de fatores quando se fala em deficiência e envelhecimento. Muitas são as dificuldades enfrentadas por quem tem deficiência e é uma pessoa idosa em uma sociedade despreparada e discriminatória, existe uma dupla penalização (Alves, 2012; Girardi et al., 2012). Nesse sentido, são necessárias demandas de aprimoramento de políticas públicas e o desenvolvimento de teorias coerentes que possam trazer respostas à confluência e sobreposição dessas duas situações sociais, que são emergentes e urgentes.

O crescimento do movimento de reivindicação de direitos e a luta das pessoas com deficiência para serem reconhecidas como protagonistas de suas próprias vidas deram-se com a consolidação dos estudos sobre a deficiência na década de 1960, quando surge o modelo social da deficiência em contraposição ao modelo médico da deficiência, que a considera como doença e a pessoa com deficiência sendo vista como alguém que não está adaptada à sociedade, que está fora da norma médica e que deve ser curada para fazer parte dessa sociedade. As próprias pessoas com deficiência tiveram que se articular e inventar um novo conceito de deficiência, ao criticar o modelo médico e trazer o modelo social, que interpretava a opressão vivida pelas pessoas com deficiência como fruto da exclusão e injustiça social (Guerra, 2021; Maior, 2017; Piccolo & Mendes, 2022).

O modelo social da deficiência é um conceito social que nasce da interação de um corpo que funciona de forma diferente do padrão hegemônico com uma sociedade que cria barreiras para que esse corpo usufrua dos seus direitos de forma plena, digna e que não é uma “tragédia pessoal”. Nessa perspectiva, a deficiência é vista como opressão, como lesão ou desvantagem, como forma da diversidade humana e como questão política.

O objetivo do modelo social da deficiência é colocar que não é o impedimento físico, a lesão, que impossibilita a participação social, mas, sim, a estrutura social, que é pouco sensível para a inserção da pessoa com deficiência em situação de igualdade com as demais pessoas da sociedade. Depende dessa sociedade a responsabilidade no processo de inclusão, pois a deficiência trata-se de uma construção social (Diniz, 2007; Pereira et al., 2023; Maior, 2017).

No final dos anos de 1970, cresce, no Brasil, a consciência que resulta no movimento político das pessoas com deficiência. Na década de 1980, as conquistas mais importantes correspondem à inserção dos direitos das pessoas com deficiência na Constituição de 1988 (Brasil, 1988), de acordo com o desejo dos ativistas do movimento. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2006, e ratificada pelo Brasil com valor de emenda constitucional em 2009 pelo (Decreto nº 6.949, 2009) é o mais recente tratado internacional de direitos humanos e foi o primeiro a contar com a voz dos movimentos sociais na fase de elaboração, sob o lema *Nada sobre nós, sem nós*, em cujo documento é apontado o conjunto de medidas a serem cumpridas pela sociedade e pelos governantes, com igualdade de responsabilidade, com vistas à justiça social advinda da equiparação de oportunidades (Maior, 2017; Paula & Maior, 2008).

É relevante sinalizar que leis, como o Estatuto da pessoa idosa (Lei nº 10.741, 2003) e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146, 2015), têm contribuído para o fortalecimento dessas pessoas na sociedade. O enfrentamento do assistencialismo trouxe avanços e o Brasil passou a ser conhecido no mundo

por mudanças de paradigmas relativos às pessoas com deficiência. O cenário alterou-se a partir do protagonismo do movimento político para a inserção de seus direitos básicos na Constituição de 1988 (Maior, 2018).

Em função dessas ações, as leis relacionadas às políticas setoriais, como saúde, assistência social, educação e trabalho, contemplaram as pessoas com deficiência e ocorreu a criação de estruturas de gestão de projetos à promoção e atenção aos direitos dessas pessoas. Todas essas ações vêm favorecendo no aumento da expectativa de vida das pessoas com deficiência, impactando a estatística da população idosa do país.

Atualmente, há importantes movimentos voltados à causa das pessoas com deficiência, despertando para o fenômeno do envelhecimento dessas pessoas, que é mundialmente percebido, porém, permanecem ainda importantes lacunas para serem investigadas (Martins et al., 2018).

Dentre as teorias que contemplam a discussão do processo de envelhecimento de pessoas com deficiência, a Teoria Histórico-Cultural tem sua importante contribuição, pois, para Lev Semionovich Vigotski, a deficiência não é uma barreira própria da pessoa, mas barreiras sociais e culturais encontradas na sociedade. Essas barreiras refletem como essas pessoas lidam com aspectos peculiares do seu desenvolvimento, e o referido autor faz dois importantes destaques nessa discussão: primeiro, a indicação de que a deficiência não pode ser vista como um processo negativo no desenvolvimento humano e, segundo, a ideia de que o desenvolvimento é processual e ilimitado.

O presente artigo configura-se como um estudo bibliográfico, de natureza exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa. O objetivo deste artigo é realizar uma análise à luz da perspectiva *life-span* de Baltes e da Defectologia de Lev Semionovich Vigotski que, mesmo (naquele momento) não contemplando o envelhecimento nas suas discussões, acredita-se que traz uma importante concepção de desenvolvimento ao longo da vida, especialmente em se tratando de pessoas com deficiência. Buscar-se-á apresentar uma análise histórico-cultural

do fenômeno, destacando que, para além das questões de ordem biológica, o processo de envelhecimento de pessoas com deficiência deve considerar o grupo a que essas pessoas pertencem, o local onde vivem e passam a maior parte do tempo, além das relações estabelecidas entre elas e os seus pares.

Tendo em vista as diferentes formas de escrita do nome de Lev Semionovich Vigotski (1896-1934), tais como Vigotsky, Vigotski, Vigotskii, dentre outros, neste artigo será usado Vigotski.

## **Desenvolvimento**

### **Deficiência, Cultura e Desenvolvimento Humano: contribuições da Teoria Histórico-Cultural**

Lev Semionovich Vigotski nasceu em 1896 na cidade de Orsha, na Rússia, e faleceu em 1934 de tuberculose. Formou-se em direito, história e filosofia, foi cientista, professor de literatura, escritor, estudante de medicina e psicólogo, desenvolvendo conceitos reconhecidos como importantes pela psicologia e pedagogia atuais. Segundo Santos (2001), um dos princípios fundamentais que guiaram os intentos de Vigotski em formular a psicologia desde os pressupostos marxistas, histórico-dialética, foi que, para entender o indivíduo, primeiramente, deve-se entender as relações sociais nas e pelas quais ele se desenvolve, sendo assim, é possível mostrar como as respostas individuais surgem das formas de vida coletivas. Vigotski era contrário às explicações realizadas a partir do reducionismo psicológico individual.

Entre os assuntos que despertaram o interesse de Vigotski, a deficiência foi um tema que atravessou a sua trajetória, estudando crianças com deficiências mais severas, objetivando desenvolver as potencialidades delas, mesmo as mais desacreditadas. Transformou a prática em teoria, publicando estudos que impactaram até os dias de hoje, e que foram desenvolvidos diretamente no local que ajudou a fundar, o Instituto de Deficiências de Moscou, no início dos anos 1930. Nos seus estudos defectológicos, importa superar a visão biologizante da deficiência. Uma visão presente, ainda, nos estudos da psicologia sobre o desenvolvimento humano nos dias atuais é

comum nas compreensões sobre a velhice, inclusive. Vigotski distancia-se das concepções ambientalistas e biologicistas do desenvolvimento, sendo contrário às referências aos padrões de normalidade que oprimem corpos que se distanciam do tipo psicofísico valorizado dentro de uma ordem social capacitista, injusta e desigual (Souza & Dainez, 2022).

Para Vigotski, o desenvolvimento de pessoas com deficiência é considerado a partir de um enfoque qualitativo, em uma perspectiva positiva sobre o desenvolvimento atípico. De acordo com Mecacci (2009), Vigotski critica a abordagem quantitativa do desenvolvimento, tendo em vista que ela não descreve adequadamente as particularidades dos processos psíquicos da pessoa com deficiência. Para o psicólogo bielorrusso, a criança com deficiência visual não é patológica e a criança sem deficiência visual, fisiologicamente normal, mas possuem percursos desenvolvimentais diferentes. O que importa saber é que o desenvolvimento de uma ou de outra obedece à mesma lei geral.

Vigotski traça as tarefas teóricas e práticas fundamentais que se estabelecem para a defectologia soviética e para a escola especial de sua época: a educação social, fato que se deu em um contexto pós-Revolução Russa, tendo o autor convivido em um cenário caótico de destruição e desorganização social, frente a um desafio proposto pelo regime comunista de superar teorias e paradigmas que não comungavam com as teses marxistas e de buscar enfrentar problemas, como a miséria e os altos índices de analfabetismo que havia na época, intensificados pela guerra (Vigotski, 2019).

Cabe salientar que essa posição de Vigotski está completamente alinhada à centralidade que a cultura assume em seu quadro teórico. O autor também defendia que o sujeito se constitui nas relações sociais, caracteristicamente humanas, mediadas pela linguagem e instrumentos, pois essas relações são importantes no desenvolvimento humano, devido ao ser humano ser um ser social e, fora da relação em sociedade, não se desenvolveriam as qualidades e as características que são resultados do processo metódico de toda a humanidade.

Segundo Vigotski (2019), o meio é considerado como fonte de desenvolvimento e ele ainda afirma

que esse desenvolvimento se dá duplamente condicionado por esse meio social: uma forma é como o indivíduo se sente em relação à deficiência, o sentimento de menos-valia ou de inferioridade, a outra forma é caracterizada pela tendência social da compensação que o indivíduo estabelece na busca da superação da deficiência.

O desenvolvimento é consequência dessa tensão dramática do sujeito com o meio, e este constitui, transforma e altera as rotas de desenvolvimento. A criação de rotas de desenvolvimento está, portanto, ligada às demandas que emergem da cultura. Assim, a pessoa com deficiência precisa não só de estímulos, mas necessita ser apresentada às formas complexas de conhecimento disponíveis na cultura. Isso, como se sabe, diz respeito à sua dignidade e à sua condição de pertencimento ao gênero humano (Vinha & Welcman, 2010).

Para Vigotski (2019), a deficiência se complexifica quando a pessoa é privada de ser partícipe da vida social, e o autor a distingue em dimensão primária e secundária. A dimensão primária da deficiência diz respeito ao aspecto biológico, relacionada, portanto, às lesões orgânicas, cerebrais, malformações etc. A dimensão secundária compreende o impacto dessas alterações na formação da personalidade e se engendra na vida social da pessoa com deficiência. É exatamente na dimensão cultural que o problema se agrava, afinal, é a partir das relações sociais que o ser humano se desenvolve e se constitui.

A desordem primária afeta as funções primárias, sensoriais ou psicológicas, mas não coloca fim à qualidade e gravidade do defeito secundário. Esse resultado secundário depende da reorganização sistêmica, tal como ocorre em uma criança sem defeitos primários, desenvolvendo-se sob a influência do contexto histórico-cultural. Ou seja, todos aqueles processos de mediação proporcionados pela família, escola e sociedade que impulsionam e criam novas rotas de desenvolvimento. Daí, tem-se o caráter histórico-cultural daquilo que se entende como sendo *normal e patológico*; a vida psíquica não está predeterminada e fixada no organismo, mas depende das relações sociais para se desenvolver plenamente.

Vigotski (2019) nos apresenta a complexidade que envolve o processo de formação social, ao evidenciar os fatores que impactam e afetam o processo de desenvolvimento e a constituição da personalidade da pessoa com deficiência. Sua posição faz-nos tomar uma posição não focada no defeito, déficit ou atraso intelectual, mas nas condições sociais concretas de vida da pessoa com deficiência, orientando-se para as possibilidades de desenvolvimento que emergem nas práticas sociais, particularmente, terapêuticas e pedagógicas.

É nessa condição engendrada pelas relações sociais que se originam as forças que mobilizam, por meio de processos supercompensatórios, ou seja, novas possibilidades de desenvolvimento. Na supercompensação, o indivíduo busca superar suas limitações e usa a deficiência como força motriz (incentivo) do crescimento, não solicita ajuda, mesmo quando dela necessita. A reorganização psíquica, ou seja, o desenvolvimento elevado (desenvolvimento que ocorre de outra forma) dos sentidos remanescentes, que pode ser estabelecido de acordo com as condições sociais dadas às pessoas com deficiência, faz com que seja possível a supercompensação ou não.

Para Sierra e Facci (2011), a tese central da defectologia de Vigotski consiste em que toda pessoa com deficiência desenvolve estímulos para a sua compensação, que implica não atenuar as dificuldades que surgem da deficiência e, sim, tencionar todas as forças para a sua compensação, ou seja, existem possibilidades compensatórias que permitem superar as limitações. O comportamento cultural compensatório sobrepõe-se ao comportamento natural, biológico, por meio da apropriação de instrumentos intelectuais e materiais.

Ainda sobre a compensação, ela orienta um modo positivo de se conceber a deficiência e de que a condição de lesão orgânica pode ser justamente o lugar da produção de novas possibilidades (a dialética defeito-superação). Vigotski (2019) defende que a compensação, em grande medida, provém da vida social coletiva da criança, a sociabilidade de sua conduta. A seguir, Vigotski (1997) destaca a importância e o papel psicológico da deficiência:

Na época moderna, a ciência aproximou-se do domínio da verdade sobre a psicologia da pessoa cega. A escola do psiquiatra vienense A. Adler, que elaborou o método da psicologia individual, ou seja, da psicologia social da personalidade, assinalou a importância e o papel psicológico do defeito orgânico no processo do desenvolvimento e da formação da personalidade. Se algum órgão, devido à deficiência morfológica ou funcional, não consegue cumprir inteiramente seu trabalho, então o sistema nervoso central e o aparato psíquico assumem a tarefa de compensar o funcionamento insuficiente do órgão, criando sobre este ou sobre a função uma superestrutura psíquica que tende a garantir o organismo no ponto fraco ameaçado. (p. 77)

Vigotski ainda aponta que essa compensação do funcionamento insuficiente do órgão não ocorre sozinha, mas por meio do conflito estabelecido entre a pessoa que possui uma deficiência e o meio social. Dessa forma, a deficiência é transformada em força e em capacidade (Silva et al., 2017).

Ao entrar em contato com o meio externo, surge o conflito provocado pela falta de correspondência do órgão, ou função deficiente, com suas tarefas, o que conduz a que exista uma possibilidade elevada para a morbidade e a mortalidade. Esse conflito origina grandes possibilidades e estímulos para a supercompensação. O defeito se converte, desta maneira, no ponto de partida e na força motriz principal do desenvolvimento psíquico da personalidade. Se a luta conclui com a vitória para o organismo, então não somente são vencidas as dificuldades originadas pelo defeito, senão que o organismo se eleva em seu próprio desenvolvimento, a um nível superior, criando do defeito uma capacidade; da debilidade, a força; da menos-valia a supervalia [...]. (Vigotski, 1997, pp. 77-78)

Vigotski considerou a deficiência como condição humana de desenvolvimento, considerando o entretimento entre a dimensão orgânica e a social, a biológica e a cultural (Souza & Dainez, 2022). A

criação de rotas de desenvolvimento está ligada às demandas que emergem da cultura, por isso, a pessoa com deficiência precisa não somente de estímulos, é necessário que sejam apresentadas a ela as mesmas formas de conhecimento de qualquer um, pois isso, diz respeito à sua dignidade e à sua condição humana. Essa questão parece se agravar quando se intersecciona com o envelhecimento.

### **Interseccionalidade entre a deficiência e o envelhecimento**

A interseccionalidade entre a deficiência e o envelhecimento torna-se relevante à medida que é um fenômeno de poucas produções científicas, mesmo sendo imprescindível no aprimoramento de políticas públicas e no estudo de teorias que abarquem tal fenômeno. Pesquisas sobre pessoas idosas com deficiência no Brasil necessitam de aprofundamento e análises direcionadas a essas pessoas, devido ao aumento de demandas por programas e serviços sociais dirigidos a essa parcela da sociedade, conforme descrito por Sousa e Chariglione (2017).

Ainda sobre interseccionalidade, destaca-se a importância de se priorizar esse tipo de análise, pois, categorias como raça, classe, gênero, orientação sexual, etnia, idade, deficiência, entre outras, estão inter-relacionadas e moldam-se mutuamente, conforme Collins e Bilge (2021). Investigações futuras devem cada vez mais se aproximar dessas interseções, fazendo propostas mais diversificadas quanto às amostras e contextos de pesquisa. Esse tipo de investigação e os seus resultados podem proporcionar a identificação de lacunas, censuras e tabus que continuam se mostrando presentes em temas como envelhecimento de pessoas com deficiência.

Conforme já discutido anteriormente, a Teoria Histórico-Cultural pode trazer contribuições interessantes para se pensar sobre o envelhecimento de pessoas com deficiência no Brasil e no mundo, já que a teoria de Vigotski focaliza o desenvolvimento humano na trajetória de vida concreta. Para Reis e Facci (2015), o foco da Psicologia Histórico-Cultural está pautado na atividade humana que se constitui na relação do homem com seu ambiente por meio da cultura. Para Vigotski (1996), a cultura origina

formas especiais de conduta, modifica a atividade das funções psíquicas e o processo de desenvolvimento histórico. O homem social modifica os modos e procedimentos de sua conduta, transformando suas inclinações naturais e funções, elaborando e criando novas formas de comportamento culturais.

Nesse sentido, o desenvolvimento psíquico do sujeito é um processo dialético, no qual a passagem de uma idade para outra ocorre de forma revolucionária, não uniforme, nem mesmo retilínea ou evolutiva. O desenvolvimento humano, na Teoria Histórico-Cultural, é caracterizado pela contradição, muitas vezes, interrompido pelo surgimento, no seu curso, de novas formações. Desse modo, para compreender a formação do sujeito, deve-se considerar o enfoque histórico dos ritmos de desenvolvimento, o avanço histórico da humanidade, sendo que as características de cada idade se movimentam em meio às condições concretas na qual o sujeito está inserido (Elkonin, 1987). Isso não é diferente com pessoas idosas ou com deficiência, pois isso destaca, mais uma vez, a importância de uma perspectiva interseccional nessas análises que evidenciam diferentes formas e situações de desenvolver-se enquanto sujeito.

Segundo Martins (2013), os sentidos e as significações do envelhecer estão atrelados à própria condição do homem como sujeito ativo e interativo. O homem enquanto um ser histórico se constitui dialeticamente, abrangendo presente, passado e futuro, em um processo de constante transformação física, psíquica e social. No específico caso de deficiência física, por exemplo, o envelhecer da pessoa com deficiência remete-se à dependência por uma dupla carga de mobilidade reduzida, uma vez que pode significar o envelhecimento de um corpo já relativamente limitado (Martins et al., 2018).

Para Santos (2018), a velhice não é apenas a etapa final do desenvolvimento ou do processo individual de humanização. A velhice é o seu ápice. Situar a velhice na curva descendente de uma parábola não parece mais representá-la adequadamente, como já foi feito antigamente. Até mesmo em uma visão restrita à dimensão biológica. Isso se torna cada vez mais patente à medida que a expectativa de vida

das pessoas aumenta e que a quantidade de pessoas idosas cresce em muitos países, inclusive no Brasil.

As pessoas idosas vivenciam o tempo e suas implicações nos processos de desenvolvimento, como sofrimentos, limitações previsíveis, superações, mas, também, possibilidades não imaginadas até bem pouco tempo atrás. Tal afirmação dialoga com Vigotski quando defende que o desenvolvimento humano é ilimitado e processual e com a interseccionalidade, por um entendimento heterogêneo para todos aqueles que envelhecem.

Dito isso, é importante elucidar que os estudos gerontológicos têm avançado de forma importante nessa interseccionalidade da deficiência e envelhecimento, fenômeno esse de grande relevância não só para as pessoas com deficiência, mas para toda a sociedade em que essas pessoas estão inseridas.

### **Contribuições de autores contemporâneos da Gerontologia**

A Gerontologia estuda os processos associados ao envelhecimento humano, sendo uma área de convergência entre diversas áreas como: Biologia, Sociologia, Educação, Psicologia, entre outros. A palavra gerontologia foi introduzida por Élie Metchnikoff, em 1903, e significa o estudo científico do processo de envelhecimento de todas as coisas vivas e dos múltiplos problemas que envolvem a pessoa idosa (Souza, 2022).

A Gerontologia é um campo multi e interdisciplinar que investiga a descrição e a explicação das mudanças típicas do processo de envelhecimento e de seus determinantes genético-biológicos, psicológicos e socioculturais. De acordo com Neri (2008; 2013), as teorias psicológicas sobre o envelhecimento humano dividem-se em clássicas, transição e contemporâneas. As teorias clássicas associavam o envelhecimento a uma etapa de perdas e inserida dentro de uma psicologia orientada à produtividade e à autonomia física e cognitiva características do adulto. As teorias de transição discutem os aspectos psicossociais ao longo da vida, numa perspectiva interacionista do desenvolvimento. As teorias contemporâneas defendiam um paradigma de otimização e compensação, onde o envelhecimento

também é um processo de desenvolvimento. As teorias contemporâneas do envelhecimento são classificadas, conforme o Quadro 1.

Nessa perspectiva, o presente artigo coaduna com as teorias contemporâneas do envelhecimento, especificamente com o paradigma de desenvolvimento ao longo de toda a vida (*life-span*) de Baltes, tendo em vista ser uma tendência na psicologia do envelhecimento em âmbito internacional, e por convergir com o teórico Vigotski. Isso posto, é de suma relevância trazer as contribuições de Paul Baltes, psicólogo alemão que nasceu em 1939 e faleceu em 2006, um importante teórico no campo da psicologia do envelhecimento.

O autor defendia que o desenvolvimento ocorre como um processo contínuo, multidimensional e multidirecional de mudanças ocasionadas por influências genético-biológicas e socioculturais de natureza normativa e não normativa, marcado por ganhos e perdas concorrentes por interatividade indivíduo, cultura e entre os níveis e tempos das influências, o que contradiz as teorias passadas quando relacionam o envelhecimento humano somente a declínio e a perdas em todos os aspectos (Neri, 2013).

Baltes foi considerado um dos psicólogos do desenvolvimento humano mais influente da sua época e ainda na atualidade para os estudiosos do envelhecimento humano. Segundo Neri (2006), Baltes acreditava no caráter incompleto do

desenvolvimento humano, na relevância da cultura para compensar os limites da ontogênese, no caráter normativo do envelhecimento e na descontinuidade inicial e avançada.

No paradigma de desenvolvimento ao longo de toda a vida (*life-span*), o autor defende os múltiplos níveis e dimensões do desenvolvimento, visto como processo interacional, dinâmico e contextualizado, ao passo que o paradigma da dependência comportamental ao longo da vida defende que a dependência não é unicamente função de circunstâncias do desenvolvimento, mas em todas as fases da vida; a dependência pode assumir uma natureza que a qualifica como comportamental, ou seja, padrões com duas funções básicas.

O paradigma *life-span* identifica três classes de influência sobre o desenvolvimento: normativas por idade, normativas por história e não normativas. As normativas por idade acontecem devido às mudanças previsíveis de natureza genético-biológica ao longo das idades. O processo maturativo, a infância, a adolescência, a vida adulta, o envelhecimento, incluem os fatores biológicos e culturais. Nas normativas por história acontecem os eventos de natureza psicossociais associados ao processo de socialização de que todas as pessoas de uma mesma coorte, ou seja, mesma época, experienciam os mesmos eventos históricos, nas mesmas épocas de suas vidas. Nas classes não normativas, acontecem as alterações não previsíveis por fatores biológicos ou sociais, porém, que geram uma grande carga de impacto nas pessoas, por perdas, divórcios, acidentes, etc. Essas influências tendem a ser negativas para as pessoas, pois ameaçam a sua capacidade de adaptação (Neri, 2012; 2013).

Para Baltes, as pessoas idosas podem recuperar dos efeitos dessas adversidades e manter o seu desenvolvimento, conforme a capacidade reserva de seus recursos biológicos e psicológicos aliados à sua plasticidade comportamental, trazendo todo o seu potencial para a mudança, transformando essa experiência em novos aprendizados. O autor também defende o desenvolvimento e envelhecimento bem-sucedidos por meio de estratégias e processos de seleção, otimização e compensação (teoria SOC),

#### Quadro 1

##### As Teorias Contemporâneas do Envelhecimento

Teoria	Autor(es)
Desenvolvimento ao longo da vida ( <i>life-span</i> )	Baltes (1987); Baltes (1997)
Dependência Comportamental ao longo da vida	M. M. Baltes (1996)
Seletividade socioemocional ao longo da vida	Carstensen (1991)
Controle primário e secundário ao longo da vida	Heckhausen e Schulz (1995)
Eventos críticos ao longo da vida	Diehl (1999)

Fonte: Neri (2013).

como mediadores das relações entre perdas, riscos e prejuízos acumulados, recursos pessoais e a adaptação representada por bem-estar psicológico, atividade, funcionalidade e envolvimento social (Neri, 2013). A seleção significa especificação e diminuição da amplitude de alternativas permitidas pela plasticidade individual. A otimização, por sua vez, diz respeito à aquisição, aplicação, coordenação e manutenção e, finalmente, a compensação, que diz sobre a adoção de alternativas para manter o funcionamento.

Nesse contexto, parece importante colocar em diálogo as posições de Vigotski e Baltes no tratamento das relações entre envelhecimento e deficiência. Esse diálogo não é muito comum, mas pode ser interessante para se pensar em uma perspectiva interseccional do tratamento da questão. Especialmente nesse momento, em que se faz necessário o aprimoramento de políticas públicas que contemplem as pessoas com deficiência que estão envelhecendo com vistas à garantia dos seus direitos, essa discussão é fulcral. Ainda mais especificamente, em se tratando da população idosa, os valores e atitudes políticas passaram a repercutir nas disposições legais, definindo orientações para a prioridade no atendimento às demandas oriundas desse segmento populacional, sendo esse o ponto de destaque para a continuação deste artigo.

### **Vigotski e Baltes: limites e possibilidades no enfrentamento das questões do envelhecimento e da deficiência**

É relevante sinalizar ainda sobre a perspectiva *life-span*, no qual Baltes defende o alcance de novas aprendizagens ao longo da vida para melhorar a capacidade cognitiva, fazendo com que a pessoa idosa tenha acesso ao meio social, o que coaduna com Vigotski ao afirmar sobre a importância das relações sociais para o desenvolvimento das pessoas com deficiência.

A participação em contextos estimulantes e a presença de oportunidades de desenvolvimento têm-se demonstrado fundamentais para um melhor

desempenho intelectual ao longo da vida. A educação de pessoas idosas permite uma ressignificação das experiências anteriores à velhice e, principalmente, das vivências experimentadas durante o curso de toda vida.

Na perspectiva de Vigotski, sobre as possibilidades de desenvolvimento da aprendizagem, o mesmo não descarta o núcleo biológico, mas considera os meios social e cultural como mediadores das relações entre as pessoas com deficiência e o ambiente, para que, quando exposto aos objetos de conhecimento, estimule a aprendizagem, tendo em vista que o homem não é somente um ser que se desenvolve de maneira orgânica, mas social e cultural (Bueno & Oliveira, 2023).

Outro importante ponto de conexão entre os autores refere-se ao termo “dependência”, em que Baltes destaca que esta pode ser intensificada em ambientes infantilizadores e/ou superprotetores. Os estudos na Gerontologia indicam alta prevalência de comportamentos dependentes em pessoas idosas, mesmo quando estas estavam aptas para realizarem uma determinada atividade de forma independente. Esses estudos ainda destacam que o apoio oferecido pode ultrapassar as necessidades reais das pessoas idosas (Baltes, 1995; Pavarini, 1996; Ribeiro & Brito, 2022). E quando se pensa em pessoas idosas com alguma deficiência, essa premissa se mantém, certo? Se intensifica, na verdade?

Tais concepções de dependência, especialmente quando se fala de pessoas idosas com alguma deficiência, demonstram que, socialmente, essas são frequentemente reforçadas. Por outro lado, são diminuídas ações que promovam a independência dessas pessoas idosas. Por isso, mais uma vez destaca-se a importância da teoria SOC de Baltes e Baltes (1990), pois, de acordo com essa teoria, verifica-se que a pessoa idosa pode aumentar a sua funcionalidade, independe da sua condição, ao selecionar e otimizar comportamentos que lhe tragam mais ganhos. Entende-se a possibilidade de perdas reais de capacidade, mas a compensação pode melhorar o enfrentamento dessas pessoas idosas e aumentar a realização de suas atividades diárias (Ribeiro & Brito, 2022; Zhang & Radhakrishnan, 2018).

## Considerações

Em consonância com os objetivos delineados no início deste artigo e com a perspectiva de se apresentar um desfecho para a discussão apresentada, conclui-se que, apesar da teoria de Vigotski não ter pontos específicos sobre questões do envelhecimento de pessoas com deficiência, contribuiu e ainda contribui para os estudos do desenvolvimento dessas pessoas. A teoria da defectologia de Vigotski foi escrita no início do século XX, pensando em uma educação para um novo homem em uma nova sociedade, pois o autor alegava que a separação de pessoas com deficiência da sociedade majoritária implicaria na formação de outro tipo de humanidade, em outros tipos de homens. Ele buscava relações sociais que rompem com o capitalismo e, na perspectiva da psicologia histórico-cultural, a apropriação da cultura é responsável pelo processo de humanização, que coaduna com a perspectiva *life-span*, de Baltes, tendo em vista que ambos os autores acreditam no desenvolvimento das pessoas, independentemente de suas características enquanto pessoas.

A despeito dos avanços com relação ao interesse por estudos sobre o fenômeno envelhecimento de pessoas com deficiência e da importância das perspectivas da defectologia de Vigotski e da *life-span* de Baltes para o desenvolvimento dessas pessoas, bem como sobre a interseccionalidade existente entre deficiência e envelhecimento, ainda se percebe a invisibilidade dessas pessoas com deficiência, mesmo com o apoio dos movimentos sociais. Um exemplo claro é que há 13 anos foi instituído o Projeto de Lei nº 1.118/ 2011, que estabelece que a pessoa com deficiência é considerada idosa quando tiver idade igual ou superior a 45 anos, e nem sequer foi transformada em lei que respalda essas pessoas, ou seja, não há interesse por parte dos políticos em apoiar essas pessoas.

É relevante o tema aqui abordado, tendo em vista o crescente interesse dos pesquisadores pelo campo de estudo do envelhecimento, que é um excelente passo para a inclusão das pessoas idosas com deficiência, corroborando com a perspectiva de Vigotski e Baltes sobre a interseccionalidade deficiência e envelhecimento.

Como se pode observar, há muita coisa a ser feita e ainda permanecem dificuldades a serem vencidas pelas pessoas idosas com deficiência que ainda continuam na invisibilidade em nossa sociedade. Nesse sentido, é necessário oportunizar processos de desenvolvimento na intenção de propiciar, para essas pessoas, aquisição de novas habilidades e manutenção das já existentes. Quanto maior a promoção de desenvolvimento, maior a chance de se prolongar a sua independência e autonomia, engrandecendo o próprio indivíduo e não as suas deficiências ou dificuldades.

**Apoio Financeiro:** O presente artigo é fruto de pesquisa de doutorado em andamento e contou com o apoio da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), e das Subsecretaria de Educação Básica e Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação (SUBEB/EAPE), com afastamento remunerado para estudos (Portaria nº 374, de 19/04/2022, publicado no DODF nº 75, de 25/04/2022, e o nº do processo SEI 00080-00196169/2018-03).

## Referências

- Alves, P. J. M. C. (2012). *Estudo de follow-up do processo de envelhecimento de adultos com deficiência mental*. [Dissertação de mestrado, Faculdade de Psicologia, Universidade de Lisboa]. <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/6906>
- Aranha, M. S. F. (1995). Integração social do deficiente: Análise conceitual e metodológica. *Temas em Psicologia*, 3(2), 63-70. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X1995000200008&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1995000200008&lng=pt&tlng=pt)
- Baltes, M. M. (1995). Dependency in old age: Gains and losses [Série online]. *Current Directions in Psychological Science*, 4(1), 14-19. <https://doi.org/10.1111/1467-8721.EP10770949>
- Baltes, P. B., & Baltes, M. M. (1990). Psychological perspectives on successful aging: The model of selective optimization with compensation. In P. B. Baltes, & M. M. Baltes (Eds.), *Successful aging: Perspectives from behavioral Sciences* (pp. 1-34). Cambridge University Press.
- Bueno, O. M., & Oliveira, R. D. C. D. S. (2023). Aprendizagem escolar de estudantes com deficiência intelectual na Educação de Jovens e Adultos (EJA): discussões e implicações. *Práxis Educativa*, 18, e21616.
- Brasil. Constituição de 1998. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Câmara dos Deputados. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>

- Brasil. Decreto Nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. (2009). *Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007*. Presidência da República. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm)
- Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2012). *Censo Demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- Brasil. Lei Nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. (1994). *Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências*. Presidência da República. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8842.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8842.htm)
- Brasil. Lei Nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. (2003). *Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. (Redação dada pela Lei nº 14.423, de 2022)*. Presidência da República. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2003/L10.741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.741.htm)
- Brasil. Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. (2015). *Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)*. Presidência da República. [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)
- Brasil. Ministério da Saúde. Portaria Nº 2.528 de 19 de outubro de 2006. (2006). *Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa*. Ministério da Saúde [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt2528\\_19\\_10\\_2006.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt2528_19_10_2006.html)
- Brasil. Projeto de Lei Nº 1.118, de 19 de abril de 2011 (2011). *Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para estabelecer que a pessoa com deficiência seja considerada idosa com idade igual ou superior a quarenta e cinco anos*. Congresso Nacional. <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=498960>
- Camarano, A. A., & Fernandes, D. (2022). Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica. In E. V. Freitas, & L. Py (Eds.), *Tratado de Geriatria e Gerontologia* (5ª ed., cap. 5). Guanabara Koogan.
- Castro, L. R. (2022). *Avaliação dos aspectos biopsicossociais aplicada à pessoa com deficiência intelectual e à sua rede de suporte familiar no processo do envelhecer*. [Dissertação de mestrado, Universidade São Judas Tadeu].
- Closs, V. E., & Schwanke, C. H. A. (2012). A evolução do índice de envelhecimento no Brasil, nas suas regiões e unidades federativas no período de 1970 a 2010. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, 15(3), 443-458. <https://doi.org/10.1590/S1809-98232012000300006>
- Collins, P. H., & Bilge, S. (2021). *Interseccionalidade* (pp. 287). Boitempo Editorial.
- Diniz, D. (2007). *O que é a deficiência*. (Coleção Primeiros Passos, 324). Brasiliense.
- Elkonin, D. B. (1987). Sobre el problema de la periodización del desarrollo psíquico en la infancia. In V. Davidov, & M. Shuare (Orgs.), *La psicología evolutiva y pedagógica en la URSS (Antología)* (pp. 104-124). Progreso.
- Girardi, M., Portella, M. R., & Colussi, E. L. (2012). O envelhecimento em deficientes intelectuais. *Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano*, 9(1), 79-89. <http://seer.upf.br/index.php/rbceh/article/view/2799>
- Girondi, J. B. R., Felizola, F., Schier, J., Almeida Hammerschmidt, K. S., Sebold, L. F., & Santos, J. L. G. (2018). Idosos com deficiência intelectual: características sociodemográficas, condições clínicas e dependência funcional. *Revista Enfermagem UERJ*, 26, e22781. <https://doi.org/10.12957/reuerj.2018.22781>
- Guerra, I. (2021). *Luta contra o capacitismo: Anarquismo e capacitismo* (pp. 56). Terra sem Amos.
- Hayar, M. A. (2015). Envelhecimento e deficiência intelectual: o cuidador familiar como protagonista nos cuidados ao idoso. *Apae Ciência*, 5(2), 40-52. <https://apaeciencia.org.br/index.php/revista/article/view/78>
- Maior, I. M. M. L. (2018). A política de inclusão da pessoa com deficiência como questão de direitos humanos. *Revista Científica de Direitos Humanos*, 1(1), 105-131.
- Maior, I. M. M. L. (2017). Movimento das pessoas com deficiência: reflexões sobre a conquista de direitos. *Inclusão Social*, 10(2), 28-36. <https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4029>
- Martins, E. (2013). Constituição e significação de família para idosos institucionalizados: uma visão histórico-cultural do envelhecimento. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 13(1), 215-236. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-42812013000100014&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812013000100014&lng=pt&tlng=pt)
- Martins, J. A., Merighi, M. A. B., Jesus, M. C. P., & Watanabe, H. A. W. (2018). Envelhecer com deficiência física: experiência permeada pelo estigma, isolamento social e finitude. *Escola Anna Nery*, 22(4), e20180128. <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2018-0128>
- Mecacci, L. (2009). *Storia della Psicologia del Novecento* (19ª ed.). Laterza.
- Neri, A. L. (2013). Conceitos e teorias sobre o envelhecimento. In L. F. Malloy-Diniz, D. Fuentes, & R. M. Cosenza (Orgs.), *Neuropsicologia do envelhecimento: uma abordagem multidimensional* (pp. 17-42). Artmed.
- Neri, A. L. (2006). O legado de Paul B. Baltes à Psicologia do Desenvolvimento e do Envelhecimento. *Temas em Psicologia*, 14(1), 17-34. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X2006000100005&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2006000100005&lng=pt&tlng=pt)
- Neri, A. L. (2008). *Palavras-chave em Gerontologia* (3ª ed.). Alínea.
- Neri, A. L. (2012). Paradigmas Contemporâneos sobre o Desenvolvimento Humano em Psicologia e em Sociologia. In A. L. Neri (Org.), *Desenvolvimento e Envelhecimento: perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas* (Coleção Vivacidade). (5ª ed.). Papyrus.
- Paula, A. R., & Maior, I. M. M. L. (2008). Um mundo de todos para todos: universalização de direitos e direito à diferença. *Revista Direitos Humanos*, 1, 35. [http://www.dhnet.org.br/dados/revistas/a\\_pdf/revista\\_sedh\\_dh\\_01.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/revistas/a_pdf/revista_sedh_dh_01.pdf)

- Pavarini, S. C. I. (1996). *Dependência comportamental na velhice: uma análise do cuidado prestado ao idoso institucionalizado*. [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas].
- Pereira, M. R., Ribeiro, M. E. S., Oliveira, V. F. R., & Silva, S. F. G. (2023). Acessibilidade como condição de pertencimento ao território às pessoas com deficiência: lutas sociais em Marabá/PA. *Revista Campo da História*, 8(1), 2-19. <https://campodahistoria.com.br/ojs/index.php/rcdh/article/view/78>
- Piccolo, G. M., & Mendes, E. G. (2022). Maio de 68 e o modelo social da deficiência: notas sobre protagonismo e ativismo social. *Revista Educação Especial*, 35, 1-21. <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/65328/49428>
- Reis, C. W., & Facci, M. G. D. (2015). Contribuições da Psicologia Histórico-Cultural para a compreensão da velhice. *Revista Eletrônica Arma da Crítica*, 6, 99-116. <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/23237>
- Ribeiro, C. C. P., & Brito, T. S. (2022). Dependência comportamental aprendida: definições e implicações para o cuidado ao idoso. *Estudos Avançados Sobre Saúde e Natureza*, 3. <https://doi.org/10.51249/easn03.2022.692>
- Santos, B. S. (2001). Vygotsky e a teoria histórico-cultural. In J. De La Rosa (Org.), *Psicologia e Educação: o significado do aprender* (4ª ed., vol. 1., pp. 121-147). EDIPUCRS.
- Santos, G. L. (2018). Os idosos e a vivência do tempo: Implicações nos processos de desenvolvimento. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 11(2), 382-400. <http://dx.doi.org/10.36298/gerais2019110213>
- Santos, M. C. F., Bittencourt, G. K. G. D., Beserra, P. J. F., & Nóbrega, M. M. L. (2022). Mapping of nursing interventions for elderly women with vulnerability related to HIV/AIDS. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 56, e20210360. <https://doi.org/10.1590/1980-220X-REEUSP-2021-0360>
- Sierra, D. B., & Facci, M. G. D. (2011). A educação de pessoas com deficiência intelectual: aprendizagem promove desenvolvimento. *Revista Educação em Questão Social*, 40(26), 128-150. <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/4043>
- Silva, L. A., Tureck, L. T. Z., & Zanetti, P. S. (2017, 3 a 5 de maio). *Vigotski e os fundamentos da defectologia*. Anais da XIV Jornada do Histedbr. Pedagogia Histórico-Crítica, Educação e Revolução: 100 anos da Revolução Russa. UNIOESTE. <https://midas.unioeste.br/sgev/eventos/HISTEDBR/anais>
- Silva, P. T., Abreu, T. D., Valadares, M. O., Coêlho, R. F., Cruz, R. P., & Chariglione, I. P. F. S. (2022). O perfil de produções brasileiras sobre Covid e envelhecimento humano: uma revisão de escopo. *Conjecturas*, 22(14), 43-58. <https://conjecturas.org/index.php/edicoes/article/view/1762>
- Sousa, A. D. P., & Chariglione, I. P. F. S. (2017). Os processos de Inclusão Social. Educação e Saúde: Uma análise qualitativa dos surdos idosos do Distrito Federal. *Revista Kairós-Gerontologia*, 20(3), 309-327. <https://doi.org/10.23925/2176-901X.2017v20i3p309-327>
- Souza, M. Y. D. (2022). *Velhice e envelhecimento: questões e aspectos contemporâneos*. [Dissertação de mestrado, Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Rio de Janeiro]. <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/18476>
- Souza, F. F. & Dainez, D. (2022). Defectologia e Educação Escolar: implicações no campo dos Direitos Humanos. *Educação & Realidade, Porto Alegre*, 47, e116863. <https://www.scielo.br/j/edreal/a/4hWG3gGsrzKdpwN3PmgZLbS/?format=pdf&lang=pt>
- Souza, R. P. D., & Vilaça Neto, A. (2023). *Qualidade de vida dos cuidadores de pessoas com deficiência: uma revisão sistemática*. [Trabalho de conclusão de curso, Faculdade de Educação Física, Universidade Federal do Amazonas]. <https://riu.ufam.edu.br/handle/prefix/6692>
- Vigotski, L. S. (1997). Fundamentos de defectologia. In L. S. Vigotski (Org.), *Obras completas - Tomo cinco: Fundamentos de Defectologia*. Editorial Pueblo y Educación.
- Vigotski, L. S. (2019). *Obras completas - Tomo cinco: Fundamentos de Defectologia* (Equipe do Programa de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE). (G. A. Beatón, trad., pp 488). EDUNIOESTE.
- Vigotski, L. S. (1996). Obras escogidas. Tomo IV. Visor. In L. S. Vigotski (Org.), *Psicologia Pedagógica* (P. Bezerra, trad., 3ª ed.). WMF Martins Fontes.
- Vinha, M. P., & Welcman, M. (2010). Quarta aula: a questão do meio na pedologia, Lev Semionovich Vigotski. *Psicologia USP*, 21(4), 681-701. <https://doi.org/10.1590/S0103-65642010000400003>
- Zhang, W., & Radhakrishnan, K. (2018). Evidence on selection, optimization, and compensation strategies to optimize aging with multiple chronic conditions: A literature review. *Geriatric Nursing*, 39(5), 534-542. <https://doi.org/10.1016/j.gerinurse.2018.02.013>

## Correspondência

Isabelle Patriciá Freitas Soares Chariglione  
 Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia,  
 Programa de Pós-Graduação em Psicologia do  
 Desenvolvimento e Escolar  
 Campus Universitário Darcy Ribeiro - Brasília, DF, Brasil -  
 CEP 70910-900  
 E-mail: ichariglione@unb.br



Este é um artigo de acesso aberto distribuído nos termos de licença Creative Commons.